

## DE UMA PASTA DE VELHOS RECORTES AMBIENTE E FISIONOMIA DO PASQUIM\*

Nelson Werneck SODRÉ

A técnica da imprensa, ainda nos primeiros passos no Brasil, no período que se sucedeu à Independência, deu fisionomia material característica ao pasquim. Formato in-4º, quatro folhas em regra, era vendido a 40 rs., aumentados para 80 quando dobrava o tamanho da folha. Comprava-se, ou por subscrição, ou em tipografias e lojas indicadas. Não havia venda avulsa. O título se referia, em regra, a acontecimentos, pessoas ou coisas de interesse notório, no momento, quando não, sob outra capa, guardava alusão a isso. Não trazia o pasquim, habitualmente, o nome do redator. Muitos desses nomes, por isso mesmo, ficaram em dúvida, com o passar dos tempos, e para a identificação recorreremos a indicações de depoimentos da época, nem sempre precisos. Guardava-se um rigoroso anonimato.

Via de regra, um só artigo ocupava todo o espaço do jornalzinho. Quando havia necessidade de completá-lo, recorria-se ao que era denominado, no tempo, "Correspondência", espécie de vala comum onde, a título de contribuição externa, extravasava-se a linguagem e a expressão mais torpe. Não houve pasquim que não saísse sob o índice de uma epígrafe curiosa, anunciadora de seus propósitos, de seu programa,

---

(\*) Ensaísta e historiador dos mais renomados nos quadros da historiografia brasileira, Nelson Werneck Sodré, há pouco falecido, deixou obra numerosa, abrangendo temas de interesse para a história política, social e econômica, e também de literatura e cultura em geral. A história e o papel da imprensa no Brasil sempre estiveram entre as suas preocupações. O que se transcreve, nesta seção, em homenagem ao autor, que sempre se mostrou muito amigo desta publicação, foi originalmente publicado em a "Folha da Manhã", de São Paulo, nos dias 29 de dezembro de 1946 e 26 de janeiro de 1947.

ou do motivo a que estava ligado. Tirava-se da epígrafe, na maior parte das vezes em versos, ou da obra de autores conhecidos, entre eles Camões, ou de discursos, conferências, trabalhos políticos, ou da própria Constituição, depois de 1824.

A lei obrigava que se mencionasse a oficina onde era impresso o pasquim. Houve exceções, embora a regra fosse de obediência ao preceito. Através de tal indicação verifica-se não só a tendência do pasquim, como as dificuldades de impressão, no tempo. Eram poucas as oficinas tipográficas. Até quase as vésperas da Independência, somente a antiga Imprensa Régia, depois Nacional, tinha recursos para compor um jornal qualquer. Parece que, com o advento da liberdade de expressão, com o ato de 28 de agosto de 1821, e com a confusão política inerente à impreparação geral do país para competições partidárias, numa fase de transição brusca, em que os defeitos da estrutura colonial se manifestariam com rigor, houve perspectivas convidativas para o negócio de impressão, pois logo apareceram algumas oficinas. Todo grupo político, para não falar em partido, necessitava de um órgão de expressão e, para lançá-lo, de oficina correspondente, de vez que, nesse período não havia atividade isenta de influência partidária, levada quase sempre a limites extremos. Havia, em 1827, no Rio de Janeiro, doze ou treze jornais. Outros querem que esse número se refira ao Brasil todo, sendo de oito o número das folhas fluminenses, como então se dizia. Já em 1830, tais números subiam para o total de 54, no Império, com 16 na Corte.

Uma das primeiras revistas nacionais, "O Beija-Flor", publicou um curioso balanço do movimento da imprensa entre nós, no último ano referido. Reputava-a desenvolvida, sendo que "mais de 200 diretores, compositores, impressores e distribuidores eram empregados e sustentados pelas 54 publicações periódicas existentes, além das profissões anexas, também interessadas no jornalismo, tais como a de livreiros encadernadores". O capital empregado na imprensa alcançaria, segundo essa fonte de informação, os duzentos contos. Note-se a ligação estabelecida entre a atividade dos livreiros e a da imprensa, na época em que não havia venda de jornais na rua, fazendo-se esta ou nas lojas daqueles ou em tipografias, ou por subscrição, conforme foi dito anteriormente.

A rigor, condicionando a classificação ao que se entende, em regra, por imprensa periódica, o pasquim não poderia ser mencionado

como ligado a tal atividade. Não tinha periodicidade certa, não aparecia em dias fixados de antemão. Havia mesmo exemplo em que se anunciava o aparecimento para quando fosse possível, enquanto houvesse verba, mediante aviso posterior. A maior parte dos pasquins não passou do primeiro número. A quase totalidade teve vida efêmera, saída irregular e até orientação flutuante. Uma mesma orientação transitou por vários pasquins, que apareciam sucessivamente com nomes diversos, embora se tenha conseguido identificar a origem, estabelecendo os laços que os ligavam, tornando-os como que uma só publicação. Um dos meios melhores de identificação, nesse sentido, consistiu na fixação da oficina onde eram impressos. A origem da impressão dava o sinete da tendência sob a qual o pasquim viveria os seus poucos dias. Não é possível, pois, deixar de enquadrar como imprensa periódica esse produto específico do meio brasileiro, naquela época tumultuosa. Suas características obrigam a um forçamento de classificação, aceitando aquilo que foi característica da imprensa brasileira nesses seus primeiros anos.

Outro aspecto sob o qual, a rigor, também se deixaria de lado o pasquim, na apreciação do periodismo nacional, foi aquele que o tornou produto de uma só pessoa. Um homem, escritor, foliculário, político, servindo a interesses seus ou interesses de terceiros, adotando orientação própria ou obedecendo àquela que lhe era imposta pelos seus mandantes, escrevia o jornal inteiro. Jornal de um só assunto, sempre, e de artigo único, quase sempre. Mais do que jornal, muitas vezes mera folha colante, panfleto lançado ao público, apreciando um tema, uma pessoa, um acontecimento, o tema, a pessoa, o acontecimento do instante que passava, muitas vezes o motivo inspirador do pasquim, a fonte donde lhe provinha a força, para apoiar ou contraditar. A confusão, própria daquela fase curiosa, entre o panfleto e o pasquim, chegou aos nossos dias, embaraçando classificações e exames. Nas relações que já se fizeram, dos jornais antigos, essa semelhança curiosa deu margem a dúvidas, a omissões propositadas. A imprensa surgia como uma força embrionária, não discriminando finalidades nem meios ainda. Assim a circular, o pasquim, o jornal, o panfleto, o opúsculo, confundiam-se, trabalhavam no mesmo plano, obedeciam às mesmas injunções. Suas finalidades contribuíam para aparentá-los. Só o tempo concederia à imprensa a capacidade de discriminação necessária, repartindo campos de ação e dando fisionomia própria a cada um desses produtos impressos.

A regra, na época, entretanto, era a do jornal de um só assunto, feito, de fio a pavio, por uma só pessoa, escrito por um só jornalista ou foliculário, quando não confundindo, na mesma personagem, o impressor e o escritor, caso que não foi raro, de vez que o impressor era também um interessado, um partidário, não apenas um profissional.

O anonimato costumeiro do pasquim, algumas vezes desvendado, ou pela linguagem, ou pela orientação, ou por dados mencionados no próprio texto, ou pelo depoimento de adversários e contemporâneos, era, também, disfarçado nos pseudônimos. Pseudônimos e apelidos que assinalaram a linguagem do pasquim como própria, muitas vezes intraduzível ou só entendida depois de cuidadosas pesquisas, tal a soma de nomes especiais, de referências indiretas e encobertas, de alusões veladas. Para o tempo, para o público da época, conhecedor daquela nomenclatura curiosa, em que coisas e personagens mudavam de apelido, o entendimento era fácil. Para aquele que, um século depois, acompanha, nas folhas amarelecidas, essa fúria desencadeada, as ilações são difíceis, por vezes, e a linguagem áspera e confusa. Quase sempre, no desabrimento peculiar da época, foi dito tudo com as letras exatas, com os termos próprios, quando se tratava da difamação, mas as referências se veladas, também, em diversos episódios, as acusações se esconderam em frases ambíguas. As personalidades políticas não foram, habitualmente, marcadas pelo título ou pelo nome, mas por apelidos chistosos ou difamatórios, alguns verdadeiramente torpes. E os pseudônimos traduziam sempre uma intenção patriótica, um interesse público, que só existia, na verdade, na imaginação de quem os usava. A lista desses pseudônimos, entretanto, é curiosa e marca uma tendência.

O confronto entre o acontecimento do dia e a linguagem do pasquim estabelece, via de regra, as ligações mais interessantes, aquelas que servem melhor à sua interpretação. Tais acontecimentos, que interessavam de perto os grupos partidários, e a pequena imprensa que os servia, explodiam, quase subitamente, algumas vezes denunciados pelos adversários de seus autores, mas habitualmente só conhecidos depois do fato consumado. Eles davam, então, não só a coloração própria ao pasquim, como influíam no seu título, na linguagem empregada, nas referências veladas, no uso dos apelidos, na transparência dos pseudônimos. Nunca, certamente, a imprensa viveu tão de perto os

acontecimentos. Essa a grande virtude do pasquim, para o estudioso dessa fase.

O ambiente do Rio de Janeiro, na época em que surgiram os pasquins, explica, de maneira concludente, a fisionomia áspera assumida pela pequena imprensa, comprovando como suas características derivavam diretamente das condições do meio. Uma estatística do tempo, publicada num órgão de Recife, assinalava que, na Corte, entre o sete de abril e trinta de maio, haviam sido presos, por desordem e pancadaria, 108 homens livres e 50 escravos; foram apreendidos armas a 102 pessoas; ocorreram oito assassinios, apareceram 5 cadáveres e registraram-se 27 ferimentos graves e 29 leves. Tais índices “eram bastante sintomáticos”, frisa o sr. Hélio Viana, que os transcreve na sua **Contribuição à História da Imprensa Brasileira**. Essa agitação era extensiva a todo o país, e motins sucessivos perturbavam a vida das cidades e do interior, em várias províncias. Em todos esses focos de turbulência e de desatino político, o pasquim fez a sua aparição e desempenhou o seu papel.

Na abertura da primeira sessão da segunda legislatura do Império, em 3 de maio de 1830, um ano antes do 7 de abril, pois, d. Pedro reclamava, na sua “Fala”, dos representantes ali reunidos, atenção para a imprensa a época, reclamando a necessidade de “reprimir por meios legais o abuso que continua a fazer-se da liberdade da imprensa em todo o Império”. “Semelhante abuso” - acrescentava - “ameaça grandes males; à Assembléia cumpre evitá-los”. Armitage depõe, a respeito, nos seguintes termos: “Os jornais ministeriais eram pelo menos tão repreensivos como os seus antagonistas; costumavam advogar não só doutrinas contrárias ao sentido da Constituição, como lançar grosseiros e repetidos insultos a quase todos os membros da oposição”. Moreira de Azevedo afirmou que o ambiente explicava “a aparição desses periódicos veementes, insultuosos, lembrando represálas, excitando o patriotismo e tratando de aumentar o ardor, a luta dos partidos, luta que mui breve devia trazer grande mudança à política do país”. Acrescentaria, com mais minudência, situando o período posterior ao 7 de abril: “tornou-se o estilo da imprensa periódica insultoso e desonesto; a crítica ferina e sátira mordente nada respeitavam, nem o nascimento, nem a posição, nem a hierarquia, nem a modéstia, nem a virtude; o jornalismo aberrou de sua instituição, esqueceu seus deveres e transformou-se em pelourinho,

onde se expunha à zombaria da multidão a reputação e a vida particulares, o que havia de mais sério e grave; a honra, o pundonor, a dignidade, o mérito, tudo foi sacrificado ao furor, ao desespero dos partidos políticos". Evaristo da Veiga confessava que "a maior parte dos jornais que possuímos (e nesta parte também nos confessamos culpados e arrastados pela força da torrente) mais invectivam do que argumentam". Um viajante ilustre, o inglês Bunbury, esclarecia que: "A liberdade da imprensa é garantida pela Constituição e, praticamente, é apenas cerceada pela liberdade da faca, a qual (apesar de não ser reconhecida pela Constituição), existe, assim mesmo, de maneira muito considerável". Mas foi o cônego J.C. Fernandes Pinheiro quem disse as palavras mais acertadas a respeito desse quadro: "Era própria da época essa virulenta linguagem".

Era, sem dúvida, um mal do tempo, mais do que um mal da imprensa. Evaristo mesmo se confessava arrastado pela torrente e, na verdade não foram poucas as vezes em que a "Aurora Fluminense" se desmandou. O pasquim de 1833 "Grito dos Oprimidos" apresentava o seguinte quadro da agitação que varria o país: "Fala-se que no Ceará se ateia novamente a guerra, porque o presidente mandou processar e prender os sectários de Pinto Madeira que o honrado Labatut, em nome da Exma. Regência, anistiou para poupar o sangue brasileiro; que em Pernambuco está iminente a guerra civil; que nas Alagoas correm rios de sangue; que na Bahia, Espírito Santo, Rio Grande e São Paulo tem sido perturbado o sossego público, e que em Goiás até se chegou a metralhar o povo dentro da igreja e de tudo se faz um mistério para o povo!". Ainda que nesse quadro haja exageros e falsidades, há nele um sinal do tempo, a ansiedade ante a turbulência. Se não foi verdadeiro, foi, pelo menos, plausível e verossímil.

Foram, entretanto, os males do meio e do tempo, agravados e alastrados, traduzidos na violência como norma e na injúria como moeda corrente, as causas da fisionomia apresentada pelo pasquim. Tal fisionomia uniformizou a todos, os que faziam oposição e os que defendiam o governo. Atacavam e defendiam com igual fúria, com a torpeza levada ao nível de processo, com a falsidade conduzida como instrumento de luta, com o insulto estabelecido como meio de ação. Tudo era imediato e rápido: o acontecimento, sua preparação, seus

efeitos. Na sombra, tramavam-se os golpes políticos mais curiosos e inéditos. Reunidos em chácaras, como a Floresta, em casas retiradas, por vezes em lugares do interior, os políticos estabeleciam condições de combate e termos de transformação administrativa. Contra tais normas e prevenindo tais alterações, os órgãos da oposição, aqueles que, vigilantes, pressentiam o advento de alguma coisa ameaçadora, explodiam na injúria, inventando aquilo que não podiam conhecer e antecipando eventos que, por vezes, não tinham mesmo sido previstos ou resolvidos.

Todas as inquietações geradas em três séculos de domínio colonial, sob a rígida estrutura da grande propriedade, deflagravam na fase de transformação em que se esboçariam os traços fundamentais de um regime novo, para a nova situação, a de autonomia. No fundo da dilacerante luta da burguesia em ascensão contra a inércia do domínio rural traduzia-se no jacobinismo, transformando o comerciante luso em bode expiatório, propício a todos os golpes, em que se misturava, com a condição nacional, propositadamente, a condição de classe, como já se vinha misturando, inconscientemente, em relação ao africano e seus descendentes, a condição de côr com a de posição social.

Entre os pasquins da época, aliás, muitos denunciavam, até pelos títulos, "O Crioulo", "O Crioulinho", "O Mulato", "O Cabrito", "O Homem de Côr", a luta de classes, submetida ao ródulo do choque entre uma raça e outra. Mas os elementos todos, aqueles que deviam levantar-se em busca de melhor posição, e que a conquistariam logo, como os ligados ao comércio urbano, os que se revelavam contra as imposições implacáveis do meio, e que vinham mais de baixo, na escala social, o ex-escravo, o artífice, o trabalhador urbano, os que lutavam pela manutenção dos privilégios tradicionais, em defesa de sua preeminência social, política e econômica, como os senhores da terra - todos eles não haviam encontrado ainda o instrumento adequado de luta, a finalidade segura de seu ímpeto. Eram vozes desconexas e desarmoniosas, bradando em altos termos e combatendo, desatinadamente, pelo poder, que lhes assegurasse normas de existência compatíveis com a ambição ou a necessidade. Não encontrando a linguagem precisa, o caminho certo, a norma política compatível com os seus anseios, derivavam todos para a vala comum da injúria, da difamação, do insulto organizado. Não podiam fazer uso de outro

processo, porque não o conheciam, não estavam em condições de manejá-lo. Num meio em que a educação, na sua forma mais elementar, o ensino, estava pouquíssimo difundida, em que a massa de analfabetos era esmagadora, em que os que sabiam ler não tinham atingido o nível necessário ao entendimento das questões públicas, e em que aqueles que haviam conseguido freqüentar escolas superiores se deliciavam num estéril formalismo e no abuso de uma eloqüência feita de palavras, a única linguagem compreensível a todos era mesmo a da injúria. A paixão dos interesses em contraste fornecia o impulso que deflagraria as tempestades sucessivas.

Os problemas em foco, por menos interessantes, na verdade, no que dissesse respeito à sorte do país, mas que afetassem as personalidades em jogo, e a posição dos grupos políticos em luta pelo poder, para cuja posse tramavam todos os golpes e empregavam todos os processos, despertavam desusada atenção e acarretavam o aparecimento de dezenas de pasquins, nos quais desaguava, segundo os costumes da época, o ímpeto tremendo dos interesses em jogo. Das vésperas do sete de abril ao ano posterior à tentativa dos moderados de empolgar a direção da coisa pública, portanto entre 1831 e 1833, o número de jornais aparecidos foi enorme. Todos subordinado, entretanto, ao denominador comum que daria ao pasquim, entre nós, uma fisionomia peculiar. Fisionomia na qual espelhou, com exatidão, o meio e a época.